

Revista

FEBASE

Ano 8
N.º 14
1,50 €
Junho de 2011

Director: Delmiro Correia

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Hérculo Oliveira e Pereira Gomes



Portugal - Troika

Frente-a-frente

vai começar

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Hóracio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Pastor Oliveira – SBSI
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

- POLÍTICA** | Actualidade
As principais medidas sobre o sistema bancário português **4**
- Carlos Pereira da Silva comenta memorando de entendimento **7**
- SINDICAL** | Actualidade
CES rejeita medidas de austeridade e ataque aos direitos dos trabalhadores **8**
- CES pela primeira vez liderada por uma mulher **8**
- UGT alerta para perversidade da ajuda externa **9**
- Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco Popular **10**
- Carlos Marques é o novo secretário-geral da Febase **12**
- Diálogo Social aponta “Europa dos especuladores” **13**
- CONTRATAÇÃO** | Banca
Revisão da tabela à espera de reuniões com Bancos **14**
- CONTRATAÇÃO** | Seguros
Aproximação ao acordo-quadro sobre mercados de trabalho inclusivos **15**
- QUESTÕES** | Jurídicas
O prazo de resposta à Nota de Culpa **18**
- TEMPOS LIVRES** | Nacional
Surfcasting: vitórias de Orlando Viegas e do Banco de Portugal **19**
- Ponta Delgada recebeu oito centenas de trabalhadores do Santander Totta **20**



TEXTO: CARLOS MARQUES

Só por uma mudança profunda de comportamentos e por uma aproximação de todos ou, pelo menos, dos partidos que compõem o arco do poder, ao comum dos cidadãos será possível devolver o interesse e o envolvimento na vida política

Não precisamos de consenso mas de bom senso dos políticos

Não obstante o resultado eleitoral do passado dia 5 e a nova distribuição de deputados daí resultante, precisamos todos não de consenso mas de bom senso dos políticos.

A brutalidade da situação que os trabalhadores e os desempregados vivem, diariamente, carece de medidas urgentes que conduzam à reversão do processo, impedindo assim, que o risco de uma hipotética explosão social passe da incerteza à certeza.

Tive a oportunidade, um ano passado, de me dirigir a todos e, nessa altura, escrever: "A luta partidária cega, do poder pelo poder, do qual nenhum partido político, actual ou desaparecido, se encontra alheio, têm-nos conduzido, por esta irremediável via, para um futuro que ninguém consegue vislumbrar" e acrescentava então: "É preciso uma trégua partidária. Necessitamos, para superar a situação, de uma visão de futuro e de uma estratégia, que perceba que de nada serve a luta pelo poder se não houver poder".

A democracia exige comportamento ético irrepreensível que, em nenhum momento, se confunde com a salutar e saudável luta partidária, pois encontra-se para além dela e constitui – ou devia constituir – o paradigma de quem se encontra na vida política.

O que assistimos durante a campanha eleitoral, não obstante os muitos apelos feitos por figuras destacadas da

sociedade portuguesa, fez-me temer o pior. Agora, que os resultados são conhecidos bem precisa é uma distensão social, que nos ajude a superar o estado de crise e de dúvida permanente.

A este propósito, não deixa de ser revelador do afastamento dos cidadãos da política, o facto de, perante uma situação cuja gravidade é por todos reconhecida e publicitada, ter aumentado a percentagem de cidadãos abstencionistas, passando a percentagem destes de 39,46%, em 2008, para 41,10%, em 2011. Se a isto acrescentarmos o aumento dos votos brancos, que cresceram de 98.991, em 2008, para 148.058 nestas eleições, temos um retrato real da situação.

Sente-se, na conversa do dia-a-dia com o mais comum dos cidadãos, o afastamento com que tratam os políticos e as suas ideias, ou a falta delas. A consciência da rapidez com que as promessas ou os compromissos são rasgados, no primeiro caso, e esquecidos no segundo. Vivemos, por isso, num equilíbrio instável, em que só por uma mudança profunda de comportamentos e por uma aproximação de todos ou, pelo menos, dos partidos que compõem o arco do poder, ao comum dos cidadãos será possível devolver o interesse e o envolvimento na vida política.

Assim esperamos que aconteça. Para bem de todos, em particular dos trabalhadores. ■



21

| Bancários Norte



23

| Bancários Centro



26

| STAS Actividade Seguradora



29

| Bancários Sul e Ilhas

Memorando de entendimento com o FMI, União Europeia e BCE

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

As principais medidas sobre o sistema bancário português

A notícia é que o memorando de entendimento subscrito pelo Governo português e a chamada "troika" já não é notícia. Com efeito, todos os meios de comunicação social e todos os partidos políticos – estes relevando o que parcelarmente mais lhes convém – já saltaram a terreiro dissecando até à exaustão algumas das componentes do documento

Ninguém o fez, todavia – como nós não o faremos – na sua plenitude, tal a densidade que apresenta sob múltiplas vertentes, o que o tornaria hermético para o comum dos leitores. Entretanto, a "Revista Febase" decidiu, uma vez que a matéria vai condicionar a vida dos portugueses nos próximos anos, fazer um condensado das matérias, designadamente que dizem respeito ao sector de actividade económica dos nossos associados. Aqui fica, pois, o resultado da pesquisa.

Regulação e supervisão do sector financeiro

Os objectivos são os de preservar a estabilidade do sector financeiro; manter a liquidez e apoiar um processo de desalavancagem equilibrado e ordenado no sector bancário; reforçar a regulação e a supervisão bancária, levar a bom termo o caso do Banco Português de Negócios e agilizar a Caixa Geral de Depósitos; reforçar o quadro de resolução de crises bancárias e reforçar o Fundo de Garantia de Depósitos; reforçar os quadros de falência de empresas e famílias e manter a liquidez no sector bancário.

Para conseguir este desiderato, sujeito à aprovação nos termos das regras de concorrência da UE, o Governo empenhar-se-á em facilitar a emissão de títulos bancários garantidos pelo executivo num montante máximo de 35 mil milhões de euros incluindo o actual pacote de medidas de apoio.



Desalavancagem do sector bancário

O Banco de Portugal (BdP) e o Banco Central Europeu (BCE), em colaboração com a Comissão Europeia (CE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecerão objectivos claros de índices de alavancagem periodicamente e vão pedir aos Bancos que concebam planos de financiamento de médio prazo específicos por Instituição até ao final deste ano, de forma a alcançarem uma posição estável baseada nos mercados. Serão conduzidas avaliações trimestrais em consulta com o BCE e com o FMI, que examinarão a exequibilidade dos planos de cada Banco e as suas implicações para os índices de alavancagem, assim como o impacto no crédito agregado e na economia como um todo. O BdP pedirá os ajustamentos necessários a esses planos.

O BdP instruirá todos os grupos bancários por si supervisionados para que cheguem a um rácio de capital Tier 1 de 9% no fim deste ano e de 10% no fim de 2012

Almofadas de capital

O BdP instruirá todos os grupos bancários por si supervisionados para que cheguem a um rácio de capital Tier 1 de 9% no fim deste ano e de 10% no fim de 2012, o mais tardar, sendo estes rácios mantidos a partir daí. Se necessário, usando os poderes previstos no segundo pilar dos acordos de Basileia II, o BdP vai também exigir a alguns Bancos, baseando-se no respectivo perfil de risco, que cheguem a estes níveis de capital mais elevado num plano mais

e que será planeado de tal forma que preserve o controlo do Banco pelos seus donos não públicos numa fase inicial, ficando também aberta a opção de compra do capital do Estado. Os Bancos que beneficiem de injeções de capital serão sujeitos a regras de gestão específicas, a restrições e também serão sujeitos a um processo de reestruturação em linha com os requerimentos de concorrência e ajuda da UE, o que servirá de incentivo à procura de soluções baseadas nos mercados.

Monitorização da liquidez e da solvência bancária

O BdP está a melhorar os seus mecanismos de avaliação da solvência e da desalavancagem para o sistema como um todo e para cada um dos oito maiores Bancos e pedirá uma avaliação destes mecanismos até ao fim de Setembro deste ano por uma equipa de especialistas da CE, do BCE e do FMI.

No fim de Junho de 2011, o BdP também terá desenvolvido um programa de inspeções especiais *in situ* para validar a informação sobre os activos que os Bancos fornecem como parâmetros de entrada para os mecanismos de avaliação de solvência. Este programa será parte de um projecto de criação de cooperação técnica montado com o suporte da CE, do BCE e do FMI, que manterá os supervisores portugueses em contacto com os Bancos centrais cooperantes e com as agências de supervisão, com auditores externos e com outros especialistas, de acordo com o que for necessário.

O BdP fornecerá aos Bancos actualizações trimestrais das necessidades potenciais de capital no futuro e verificará se o processo de desalavancagem permanece no rumo certo e equilibrado da forma correcta. Sempre que a avaliação mostre que o capital de Tier 1 de um Banco possa cair abaixo dos 6% num cenário de *stress* durante o curso do programa, o BdP, usando os seus poderes conferidos pelo Pilar 2, irá pedir que sejam tomadas medidas para reforçar o capital de base.



Caixa Geral de Depósitos (CGD)

O grupo estatal CGD será otimizado de forma a aumentar o capital de base do seu núcleo duro bancário como for necessário. Espera-se que aumente o capital para o novo nível exigido, recorrendo a fontes internas e à melhoria da sua própria governação. Isto incluirá um plano temporal mais ambicioso para a já anunciada venda do sector de seguros do Grupo, seguindo um programa para se desembaraçar das subsidiárias que não façam parte do seu núcleo e, se necessário, para a redução das actividades no estrangeiro.

Regulação bancária e supervisão

O BdP assegurará que no fim de Setembro deste ano o relator de empréstimos em incumprimento será melhorado através da inclusão de um novo

CGD

Espera-se que aumente o capital para o novo nível exigido, recorrendo a fontes internas e à melhoria da sua própria governação

rácio em linha com as práticas internacionais, em adição ao rácio corrente que cobre apenas pagamentos feitos para além dos prazos. Por outro lado, intensificará as inspecções *in situ* e verificará a precisão dos dados com a assistência técnica do FMI, no contexto do exercício de verificação de informação do novo quadro de avaliação de insolvência. Entretanto, atribuirá novos recursos ao recrutamento de especialistas supervisores bancários. Uma estreita colaboração será mantida entre os supervisores dos países da UE para se exercer a supervisão bancária através das fronteiras.



Banco Português de Negócios

As autoridades estão a lançar um processo de venda do Banco Português de Negócios (BPN) num calendário acelerado e sem um preço mínimo. Para este fim, um novo plano será submetido

BPN

O objectivo é encontrar um comprador até final de Julho deste ano, o mais tardar

do ao CE para aprovação, tendo em conta as regras da concorrência. O objectivo é encontrar um comprador até final de Julho deste ano, o mais tardar.

Para facilitar a venda, os três veículos especiais que detêm os activos não performantes e os activos fora do núcleo duro foram separados do BPN e mais activos poderão ser transferidos para estes veículos como resultado das negociações com os compradores em perspectiva. O BPN também vai lançar um programa mais ambicioso de corte de custos, de modo a tornar a compra mais atraente aos investidores.

Quando uma solução for encontrada, os créditos garantidos pelo estado da CGD e todos os veículos especiais serão tomados pelo estado, de acordo com uma calendarização a ser definida na altura.

Quadro de resolução da Banca

As autoridades farão emendas à legislação referente a instituições de crédito e consultas com a CE, com BCE e com FMI até ao fim de Novembro deste ano para, *inter alia*, impor obrigações de reporte baseado num conjunto claro de circunstâncias e penalidades. O BdP será autorizado a impor medidas de melhoria e a promover a implementa-

ção de um plano de recuperação. As Instituições de Crédito com riscos sistémicos serão obrigadas a preparar planos de resolução de contingências, sujeitas a revisões regulares.

As alterações à legislação introduzirão um regime para a resolução de dificuldades de Instituições de Crédito em *stress* com uma preocupação continuada para promover a estabilidade financeira e para proteger os depositantes. O regime definirá circunstâncias claras para a sua aplicação e as ferramentas de reestruturação para as autoridades incluirão a recapitalização sem os direitos de opção dos accionistas, a transferência de activos e de passivos para outras Instituições de Crédito, bem como um Banco ponte.

Fundo de Garantia de Depósitos

As autoridades reforçarão a legislação sobre o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) e sobre o Fundo de Garantia para Instituições de Crédito Agrícola e Mutuárias (FGICAM), sob consulta da CE, do BCE e do FMI até ao fim deste ano. As funções destes fundos serão reexaminadas para fortalecer as protecções de depósitos garantidos. Estes fundos devem, no entanto, reter a capacidade de financiar a resolução de Instituições de Crédito em dificuldades e, em particular, transferir os depósitos garantidos para outra Instituição de Crédito, mas não recapitalizá-los. Esta assis-

Aos depositantes garantidos, e aos fundos (tanto directamente como por sub-rogação) será atribuída uma maior prioridade

tência financeira será limitada ao valor dos depósitos garantidos, que teriam de ser pagos em caso de liquidação. Esta situação só é admissível apenas se não prejudicar a sua capacidade de executar a sua função primária.

A Lei de Insolvência será modificada até ao fim de Novembro deste ano, para garantir que aos depositantes garantidos, e aos fundos (tanto directamente como por sub-rogação) será atribuída uma maior prioridade sobre os credores não garantidos no estado insolvente de uma Instituição de Crédito. ■

Carlos Pereira da Silva comenta memorando de entendimento

“Bancos beneficiários de fundos públicos estarão sujeitos a regras e restrições”



A pedido da FEBASE, o Prof. Doutor Carlos Pereira da Silva, catedrático no ISEG, comenta algumas das medidas integradas no “memorando de entendimento” e que dizem respeito ao sistema bancário português

No memorando da chamada “troika” prevêem-se um conjunto de medidas com incidências sobre o sistema bancário português.

Destacam-se as seguintes:

Refinanciamento

Prevê-se que os Bancos portugueses poderão vir a receber 12 mil milhões de euros de ajuda externa, incluídos no pacote de 78 mil milhões de euros que vai ser entregue a Portugal.

A atribuição dos 12 mil milhões de euros será efectuada de forma a garantir que a gestão dos Bancos continue a ser controlada pelos accionistas privados durante uma primeira fase e a permitir-lhes a recompra da posição do Estado.

Trata-se de garantir um financiamento que permite aos Bancos evitarem de recorrer a financiamento pelo mercado o qual, no presente, está fechado aos Bancos portugueses. A referência à compra da posição do Estado significa não só a reprivatização do BPN mas igualmente a venda das posições indirectas que o Estado, através da CGD e de outras Instituições, detem no capital dos Bancos privados.

O memorando permite aos accionistas privados ganharem tempo para aumentarem o capital dos Bancos de acordo com Basileia III.

Solvência

“O Banco de Portugal vai agora exigir aos Bancos, sujeitos a supervisão em Portugal, que atinjam um rácio ‘core tier I’ [nível de solvabilidade mínimo para exercer a sua actividade] de 9 por cento no final de 2011 e de 10 por cento no máximo até ao final de 2012 e mantê-lo a partir daí”.

“Caso os Bancos não consigam atingir os seus objectivos dentro do prazo, poderá ser necessário o financiamento

público temporário para assegurar o reforço dos rácios de capital”. Os Bancos que vierem a beneficiar de fundos públicos “estarão sujeitos a regras e restrições e a um processo de reestruturação em linha com as regras comunitárias da concorrência e com as exigências para a ajuda estatal, o que constituirá um incentivo para que seja dada prioridade às soluções baseadas no mercado”.

Para facilitar o financiamento da base de solvência o memorando prevê a criação de um programa de garantias à emissão de obrigações dos Bancos no valor de 35 mil milhões de euros, incluindo o pacote de incentivos actuais.

Posição do Estado na Banca

CGD - O memorando refere que “o grupo CGD será simplificado para aumentar a base de capital do seu ramo bancário”.

A simplificação visa facilitar a alienação de toda a componente não bancária do Grupo Caixa, designadamente a componente seguradora e da saúde.

BPN - De acordo com o memorando o Estado português vai acelerar os prazos para vender o BPN, sem um preço mínimo, esperando encontrar um comprador até ao final de Julho.

O objectivo é reduzir o custo para o Estado da detenção de um Banco que onera os custos financeiros da CGD. O Estado ficará com os créditos garantidos pela CGD e com os veículos especiais utilizados no saneamento do activo do BPN.

Fundo de Garantia de Depósitos

Reforço do Fundo de Garantia de Depósitos para aumentar a confiança das famílias no sistema bancário e evitar a fuga de capitais. ■

BPN

Processo de venda do Banco Português de Negócios (BPN) num calendário acelerado e sem um preço mínimo



12.º Congresso em Atenas

CES rejeita medidas de austeridade e ataque aos direitos dos trabalhadores



Texto: Inês F. Neto

A exigência de um “new deal” para os trabalhadores europeus e a rejeição total de uma governação assente na austeridade, com cortes nos salários e nas pensões, são prioridades da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), aprovadas no seu 12.º Congresso

O 12.º Congresso da CES, realizado em Atenas de 16 a 19 de Maio, decorreu no momento crucial em que os líderes europeus decidem os destinos da Grécia, de Portugal, e de outros países em dificuldades económicas – e a confederação não perdeu a oportunidade para reafirmar a sua rejeição à austeridade imposta e à governação económica seguida pela Comissão Europeia e pelo Conselho.

O Congresso, em que participaram mais de 500 delegados de 36 países – entre os quais delegados da Febase integrados na delegação da UGT, filiada na CES – aprovou o “manifesto de Atenas”, onde traça as suas linhas de acção para os próximos quatro anos.

Entre as prioridades da CES incluiu-se a luta por um “new deal” para os trabalhadores europeus e a rejeição das políticas que têm estado a ser seguidas pela União Europeia, nomeadamente uma governação assente em austeridade e em cortes nos salários, na Segurança Social e nos serviços públicos.

Helena André defende Europa

Helena André foi homenageada no Congresso da CES, organização de que foi secretária-geral adjunta antes de exercer funções governativas.

A ex-ministra portuguesa do Trabalho interveio no Congresso, defendendo a necessidade de uma União Europeia coesa e solidária como única forma de salvar o modelo social europeu. A sua intervenção foi recebida de forma muito positiva pelos delegados. ■

Ao apresentar o “manifesto de Atenas”, a recém-eleita secretária-geral da CES afirmou que “os salários não são os inimigos da economia, mas sim o seu motor”, ao estimular o crescimento e o emprego.

O documento, que partiu de uma resolução apresentada pelo comité executivo da organização intitulado “Solidariedade na crise”, defende ainda a autonomia dos parceiros sociais nos processos de negociação colectiva e salarial, bem como a necessidade de manutenção do poder de compra dos trabalhadores por via de aumentos salariais que acompanhem a inflação e a produtividade.

A CES exige ainda que a tendência para a desigualdade salarial – em franco crescimento em alguns países – deve ser revertida e a luta contra o dumping salarial ser intensificada.

“As pensões deverão ser protegidas e as regras relativas à dívida pública devem reflectir as realidades externas e as circunstâncias excepcionais”, lê-se ainda no manifesto.

A Confederação Europeia de Sindicatos exige que a governação económica “esteja ao serviço dos povos europeus e não dos mercados”.

Defender os salários e a contratação

Os delegados ao Congresso reafirmaram a sua preocupação face ao brutal

ataque aos direitos dos trabalhadores e às condições de trabalho que está em curso na Europa.

A CES denunciou a ameaça directa aos salários e à autonomia da negociação colectiva que representa o “Pacto Euro-Plus” (respeitante aos 17 Estados-membros da zona euro e mais seis), veementemente condenado pelos sindicalistas.

No que diz respeito aos salários, as recomendações do Pacto vão no sentido de promover comparações entre os custos unitários do trabalho; hostilidade em relação à indexação salarial e, mais genericamente, à negociação centralizada; e ligação entre salários e produtividade (sem considerar a inflação ou a comparabilidade).

Por outro lado, o “Pacto Euro-Plus” defende a pressão no sentido de uma redução dos salários do sector público – e, em certos casos, dos salários mínimos –, bem como a pressão para a diminuição dos direitos às pensões.

A CES critica ainda o incentivo a rigorosos controlos constitucionais da dívida pública (ou seja, “o travão da dívida”).

Em contrapartida, a confederação sindical defende que a “autonomia dos parceiros sociais na negociação colectiva deve ser respeitada”.

Em contrapartida, a CES defende como prioridades um forte e coordenado combate ao desemprego, especialmente dos jovens; a melhoria das condições de trabalho; iniciativas conjuntas com os empregadores para a criação de empregos verdes; e uma regulamentação eficaz e rigorosa dos mercados financeiros e agências de ‘rating’, por forma a defender o princípio de que os direitos sociais fundamentais têm prioridade sobre a liberdade económica e os interesses dos mercados.

Por fim, o “manifesto de Atenas” exige ainda o direito à greve em questões transnacionais.

Fracasso nos resgates

O 12.º Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos denunciou o pesado fardo que pende sobre os trabalhadores europeus devido à crise e a decisões políticas erradas, exprimindo uma “profunda inquietação face ao fracasso dos resgates conduzidos até à data pela União Europeia relativamente às economias mais debilitadas”.

Para a CES, as medidas de austeridade impostas agravaram a situação, pelo que os países têm de fazer face a um longo período de recessão, a um aumento do peso da dívida e do desemprego. “Trata-se de um risco real para os países em dívida, que

João Proença em Atenas

UGT alerta para perversidade da ajuda externa

Os sacrifícios impostos pelos planos de ajuda aos países em dificuldades dominaram a intervenção do secretário-geral da UGT em Atenas.

“Os chamados planos de ajuda aos Países em dificuldades – Grécia, Irlanda e Portugal – impõem sacrifícios brutais e poderão provocar um ciclo vicioso, em que o combate ao défice conduz a uma cada vez maior recessão económica”, alertou João Proença, acrescentando:

“Os sacrifícios têm que recair sobretudo nos que mais podem e ter presente o insustentável nível existente de desigualdades sociais e de pobreza e exclusão”.

Retomando a preocupação central do Congresso, o líder da UGT lembrou que os tempos actuais são difíceis e por isso exigem “respostas firmes, em defesa do emprego e da Europa social e contra um mercado sem regras, o dumping social e fiscal e a especulação financeira”.

“Não podemos aceitar uma política de austeridade que não cria condições para o desenvolvimento económico e social e para a coesão; uma austeridade que destrói postos de trabalho e faz com que a Europa esteja a crescer menos que o resto do Mundo e que muitos países enfrentem actualmente grandes dificuldades”, indignou-se João Proença.

Desenvolver a produção

O líder da UGT defendeu reformas estruturais que promovam a retoma do crescimento económico e do emprego, respondam aos novos desafios e dêem esperança aos jovens. Ou seja, “reformas estruturais que apostem na economia do conhecimento e da inovação e nunca nos baixos salários e na desregulação social”, frisou.

João Proença considerou fundamental que a Europa desenvolva a produção de bens e de serviços e combata a economia clandestina, a precariedade laboral, a especulação financeira e o enriquecimento ilícito.

“Precisamos de lutar na defesa dos nossos direitos e do emprego. Mais do que nunca, temos que, a nível nacional e europeu, defender a negociação colectiva e o diálogo social, bases fundamentais da Europa Social”, salientou.

A UGT e os seus sindicatos recusam “a luta pela luta”, mas “não hesitaremos perante o ‘posso, quero e mando’ de governos e empregadores”, garantiu o líder da Central portuguesa, manifestando o apoio às acções da CES e à “Resolução de Emergência” apresentada – e mais tarde aprovada. ■

CES pela primeira vez liderada por uma mulher

Eleita com mais de 92,8% dos votos, Bernadette Segol é a nova secretária-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), tornando-se a primeira mulher a liderar a organização.

Os delegados ao Congresso elegeram ainda os restantes membros do Secretariado da organização: Józef Niemiec e Patrick Itschert (secretários-gerais adjuntos), Claudia Menne, Luca Visentini, Veronica Anna-Maria Nilsson e Judith Kirton-Darling (secretários confederais). Ignacio Fernández Toxo é o novo presidente da CES.

O Secretariado gere quotidianamente as actividades da CES e é responsável pelas relações da organização com as instituições europeias e as organizações patronais. A este órgão cabe ainda planificar e propor acções sindicais, bem como assegurar o funcionamento interno da CES.

Bernadette Segol, ex-secretária Regional da UNI-Europa, sucede no cargo a John Monks, que dirigia a CES desde 2003 e agora se reforma.

Nascida em 1949 em Luzech (França), Segol é divorciada e mãe de quatro filhos. Com um mestrado em Filosofia pela Universidade de Toulouse (1972), Segol tem um longo percurso enquanto activista sindical: depois do seu trabalho como assistente do secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores do Têxtil (1974/85), passou pela FIET (antecessora da UNI) e esteve à frente da UNI-Europa desde 2000, sendo reeleita em 2003 e 2007. Simultaneamente desempenhou cargos dirigentes na CES.

Bernadette Segol tem o seu nome ligado a algumas das mais importantes lutas sindicais das últimas décadas, como o combate à Directiva de Serviços, a criação de plataformas tripartidas de diálogo, a celebração de acordos-quadro e a regulação do sector financeiro (especialmente no combate ao capitalismo de casino), além de uma persistente batalha pela igualdade de género na Europa. ■

representa um enorme perigo para a Europa e para os Estados-membros”.

Face a este cenário, a CES quer uma alteração na forma como a União Europeia aborda esta questão e exige mais apoio aos países, o que inclui “um ambicioso plano de investimento europeu, baseado, nomeadamente, na não utilização actual dos fundos estruturais europeus”.

Por outro lado, a UE e o BCE deviam estar preparados para “apaziguar as tensões sobre as economias em perigo, emitindo

as suas próprias obrigações”, e o BCE devia “disponibilizar aos Estados-membros o mesmo volume de liquidez barata que presentemente fornece ao sector bancário”, defende ainda a CES.

Apesar de um amplo consenso na maioria das matérias, o que permitiu a aprovação dos documentos por largas maiorias, a ala radical europeia não deixou de se fazer notar, distribuindo comunicados contra os “euroburocratas” da CES e exortando-os a regressarem a casa. ■

83 membros e milhões de trabalhadores

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) tem actualmente:

- 83 organizações filiadas, oriundas de 36 países da Europa (Occidental, Central e de Leste);
- 12 federações sindicais (entre as quais a UNI-Europa)
- 4 organizações com estatuto de observador (da Bósnia Herzegovina, Macedónia e Sérvia);
- 1 organização associada (a Eurocadres – Conselho dos Quadros Europeus). ■

Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco Popular

Texto: Inês F. Neto



O Fundo de Pensões do Banco Popular apresentava, no final de Dezembro de 2010, um nível de financiamento de 115,09, cumprindo o rácio mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

O associado cumpriu o plano de financiamento, pelo que as contribuições totalizaram cerca de 7.600 mil euros. A taxa de rendimento do Fundo no ano transacto foi de 1,3%

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Popular reuniu-se dia 30 de Maio, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2010 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Rui Riso, que se fez acompanhar por Pereira da Silva e Carmen Oliveira, especialistas do Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa), entidade que elaborou o parecer dos Sindicatos.

«O financiamento tem sido assegurado pelo associado, salientando-se deste modo o nível de financiamento de 115,09% em 31 de Dezembro de 2010», refere a análise dos consultores dos Sindicatos, adiantando que as contribuições do ano passado totalizaram 7.598.570 euros.

Recorde-se que o Banco Popular Portugal é o único associado do Fundo, gerido pela Eurovida. Trata-se de um Fundo de Pensões fechado, constituído por dois planos de pensões de benefício definido, ambos independentes da Segurança Social: um para os trabalhadores (cumprindo o convencionado no ACT) e o outro para os administradores.

Os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões são as reformas por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, além das responsabilidades com o pagamento de encargos a cargo da entidade patronal para com o sistema de cuidados médicos (SAMS).

«Os benefícios de invalidez e sobrevivência imediata estão financiados através de uma apólice de seguro de vida na companhia de seguros Eurovida», sublinha o estudo do CIEF.

No que se refere a direitos adquiridos, o actuário refere que «é avaliada a responsabilidade com os ex-participantes e não é avaliada a responsabilidade dos actuais participantes com tempo de serviço eventualmente anterior, ou seja, em outras Instituições bancárias».

Nível de financiamento

Dado que o valor do Fundo de Pensões é de 118.245.717 euros, verifica-se um nível de financiamento de 115,09% face ao montante de 102.745.626 euros de responsabilidades com os serviços passados. Ou seja, foi «cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP».

No entanto, segundo a informação do actuário, as responsabilidades com os serviços passados «diminuíram relativamente ao ano anterior», o que ficou

a dever-se essencialmente «às alterações verificadas ao nível dos pressupostos: taxa de rendimento do Fundo e taxa de crescimento salarial e pensões».

Refira-se ainda a extinção do plano de amortização que existia em 2009.

Para avaliar as responsabilidades, foram utilizados os pressupostos recomendados pelas entidades reguladoras, bem como pelas normas internacionais de contabilidade existentes para este fim (IAS 19).

Já para o apuramento das responsabilidades e para a determinação do custo do ano recorreu-se ao método Unit Credit Projected.

Contribuições e financiamento

O documento refere que «as contribuições estimadas para 2010 foram realizadas», pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável.

As contribuições em 2010 totalizaram 7.598.570 euros, incluindo as con-

tribuições dos participantes, que atingiram 720.950 euros.

«O actuário responsável não apresenta nenhuma recomendação de contribuição para 2011, uma vez que existe excesso de financiamento e também por ser preverem alterações nos planos de pensões dos bancários», sublinha a análise do CIEF.

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 2.099 activos, sendo 905 ex-participantes com direitos adquiridos e 25 pensionistas. Relativamente a 2009, verificou-se a entrada de 21 activos e 51 saídas sem direitos adquiridos.

Tendo em conta a idade média dos participantes, que é de 38 anos, e o peso dos participantes activos face aos pensionistas, a «política de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo».

Adequação dos activos às responsabilidades

O limite superior de exposição ao mercado accionista foi ultrapassado,

sendo justificado pelas boas performances deste segmento durante o ano. O accionista deu o seu acordo a esta opção.

«No Relatório e Contas do Fundo é indicado um valor de 3.356.249 euros referente a rendimento líquido obtido no exercício e uma taxa de rendimento de 1,3% (year to date), substancialmente inferior à taxa de rendimento de longo prazo utilizada para descontar os passivos (4,75%)», refere o CIEF na sua análise.

No entanto, e uma vez que se trata «de resultados de curto prazo, logo possíveis de recuperar quando a situação económica e financeira melhorar, e

atendendo também ao nível de financiamento actual», os consultores consideram não haver razão «para pôr em causa o ALM proposto pelo actuário responsável».

Por sua vez, o impacto de choques no mercado leva a oscilações no nível de solvência do Fundo, no cenário mais gravoso, de 89,12% para 29,22%. Mas, sublinham os especialistas do CIEF, «as responsabilidades utilizadas para os testes foram as obtidas para o cenário de solvência do ISP que conduz a um nível de financiamento mais elevado do que caso fossem utilizadas as responsabilidades calculadas para o cenário de financiamento». ■

Pensionistas

| | N.º | Idade média | Pensão média anual (€) |
|--------------------|-----|-------------|------------------------|
| Velhice | 10 | 68 | 79.220,44 |
| Invalidez | 8 | 56 | 14.187,02 |
| Viuvez e orfandade | 7 | 31 | 6.183,34 |
| Total | 25 | 53,8 | 37.959,36 |

Activos

| | N.º | Idade média | Antiguidade média | Salário médio anual (€) |
|--------------------------------------|-------|-------------|-------------------|-------------------------|
| Idades < 65 anos | 1.194 | 38,2 | 12,2 | 18.906,94 |
| Idades >= 65 anos | - | - | - | - |
| Participantes c/ direitos adquiridos | 905 | 38,1 | - | 12.922,17 |
| Total | 2.099 | 38,2 | 12,2 | 16.326,56 |

Responsabilidades do Fundo

| | Responsabilidades | Unidade: mil euros |
|--------------|-------------------|--------------------|
| | | % |
| Activos | 88.796.714,83 | 86,42 |
| Pensionistas | 13.948.910,78 | 13,58 |
| Total | 102.745.625,61 | 100,0 |

Composição da carteira de títulos

| Classes de activos | Alocação de Activos (%) |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Títulos de rendimento fixo | 58,69 |
| Taxa fixa | 49,26 |
| Cupão zero | 3,73 |
| Taxa variável | 5,70 |
| Títulos de rendimento variável | 27,45 |
| Com garantia de capital | 7,60 |
| Sem garantia de capital | 19,85 |
| Imobiliário | 9,35 |
| Liquidez | 4,51 |

Carlos Marques é o novo secretário-geral da Febase

TEXTO: INÉS F. NETO

O Secretariado da Febase elegeu o presidente da Direcção do STAS para secretário-geral da Federação, cargo que Carlos Marques desempenhará durante o próximo ano

Cumprindo o sistema de rotatividade de instituído nos órgãos da Febase, na sua última reunião, que se realizou dia 30 de Maio em Lisboa, o Secretariado elegeu o novo secretário-geral para o período de Junho de 2011 a Maio de 2012. O eleito foi Carlos Marques, presidente da Direcção do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora.

Na reunião tomaram ainda posse os representantes do SBSI e do SBC no Secretariado, alteração que se deveu à nova composição dos Corpos Gerentes dos dois sindicatos, decorrente das eleições de Abril.

O Secretariado analisou ainda várias questões relativas à situação laboral no sector financeiro. Foi o caso do impasse que se verifica na negociação colectiva da Banca e dos Seguros, sendo discutida a estratégia sindical a seguir para tentar resolver o diferendo.

O futuro laboral dos trabalhadores do BPN esteve igualmente em discussão, tendo o Secretariado manifestado a sua total oposição à hipótese de despedimentos, seja qual for o quadro em que se processe a privatização do Banco. Uma posição que é extensiva a todas as empresas do sector financeiro com capitais públicos que possam ser abrangidas pela propalada onda de privatizações.

O novo Secretariado

Esta é a composição do novo Secretariado da FEBASE:

Carlos Marques – STAS; Ana Catarina – SBSI; Aníbal Ribeiro – SBC; António Fonseca – SBSI; Carlos Silva – SBC; Horácio Oliveira – SBSI; Luís Correia – SISEP; Manuel Camacho – SBSI; Mário Mourão – SBN; Paulo Alexandre – SBSI; Pereira Gomes – SBN; Rui Mouzinho – SBSI; Rui Riso – SBSI; Rui Santos Alves – SBSI; Teixeira Guimarães – SBN; Vitorino Ribeiro – SBN.



Alteração de Estatutos

Na reunião, o Secretariado finalizou o debate sobre a proposta de alteração aos Estatutos da Febase, que será alvo de votação num Conselho Geral extraordinário, que se realizará dia 6 de Julho, no Porto. Antes, o documento será distribuído pelos conselheiros e aberto um período para análise e apresentação de modificações.

Com esta proposta de alteração, o Secretariado pretende colmatar algumas lacunas que os dois anos de vivência da Federação provaram existir no documento original.

Além de questões de pormenor, a principal modificação estatutária diz respeito ao alargamento do número de

elementos do Secretariado, pois verificou-se que quando um dos sindicatos da área seguradora assume a direcção – como agora acontece com o STAS – está impossibilitado de cumprir a norma estatutária de indicar um vice-secretário-geral, uma vez que apenas dispõe de um elemento naquele órgão.

Assim, pretende-se aumentar o número de representantes destes sindicatos, o que obriga a um reequilíbrio de forças entre todos, de forma a manter a disposição dos Estatutos: o SBSI não pode ter mais elementos que o conjunto dos restantes – e vice-versa.

Outra imperfeição a suprir é a inexistência de suplentes, que poderão substituir os efectivos, participando nas reuniões com plenos direitos. ■

Na reunião dos Bancos Centrais Europeus

TEXTO: FRANCISCO OLIVEIRA

Diálogo Social aponta “Europa dos especuladores”



Decorreu nos dias 28 e 29 de Abril na sede do BCE, em Frankfurt, a 23.ª reunião do Diálogo Social, que contou com a presença de representantes sindicais de 21 países da UE e dos dirigentes das confederações representativas dos trabalhadores dos Bancos centrais (UNI Europa Finance, SCECBU e EPSU). Estiveram também presentes os representantes da UNI Europa Graphical, tendo a delegação portuguesa ficado a cargo de Henrique Rêgo, do SBN. O SBSI não se fez representar, devido à transição de Corpos Gerentes.

A abertura da reunião foi feita por Thierry Desanois, que saudou especialmente o elemento do Banco Central da Lituânia, que

participou na reunião pela primeira vez. Foram analisadas e preparadas as intervenções por parte dos Sindicatos, nos pontos da ordem de trabalhos do diálogo social.

Nas diversas intervenções efectuadas foi analisado o impacto da crise nos Bancos centrais, nos casos onde se verificaram reduções salariais, como em Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, tendo ressaltado a ideia central de que a Europa foi afectada por outra Europa – a dos especuladores.

Na abertura oficial, o presidente do BCE, Jean Claude Trichet, referiu a gravidade da situação em que a Europa se encontra, tendo realçado o papel fundamental e a intervenção do seu Banco. As preocupações

sindicais foram expressas por Oliver Roethig, porta-voz dos Sindicatos, tendo como ideia chave a independência dos Bancos centrais nacionais.

Os trabalhos foram coordenados por Tumpel-Gugerell, que informou ser aquela a sua última reunião, por ir ocupar outras funções.

Foram também abordados os temas da mobilidade entre Bancos centrais, a formação, a estabilidade financeira, a supervisão e a gestão de risco, bem como o fabrico da segunda série do Euro.

No encerramento, o Presidente referiu que a Europa enfrenta a crise mais difícil desde a 1.ª Guerra Mundial e a imensa responsabilidade que ostenta o BCE. Referiu ainda que, em tempos difíceis, as pessoas olham para as instituições com olho crítico. E sublinhou que, embora o Banco não tenha responsabilidade operativa, em termos de supervisão, acompanha e apoia os Bancos centrais nacionais.

Por último, Trichet ouviu as reivindicações dos Sindicatos e as preocupações colocadas acerca dos temas abordados, lembrando que os activos mais importantes que têm os Bancos são os trabalhadores. ■

Acesso ao Ensino Superior

> 23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

20

1991 2011

Licenciaturas 2011/2012*

> Gestão Bancária

> Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

2ª Fase:

até 29 de Junho

Prova Escrita: 6 de Julho

Entrevistas: 7 a 13 de Julho

Elementos de Avaliação:

> Apreciação do curriculum escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Curso de Preparação para a Prova de Acesso às Licenciaturas do ISGB**

Lisboa e Porto: 18 de Junho e 2 de Julho (12 horas)

Duracão: 12 horas

Local: Lisboa – IFB – Av. 5 de Outubro, nº 164

Horário: 9h – 12h e 14h – 17h

Porto – IFB – R. Fernandes Tomás, nº 352, 4º

Informações:

ISGB – Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 Lisboa | Tel: 217 916 210 | Fax: 217 955 234

IFB – Rua Fernandes Tomás, 352 – 4º, 4000-209 Porto | Tel: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

(*) Licenciaturas reconhecidas oficialmente.

(**) Não confere direito de acesso. Curso “sem reconhecimento oficial”.

Copyright © 2011 by ISGB/ASB

Revisão da tabela à espera de reuniões com Bancos

Texto: Inês F. Neto

As Instituições de Crédito subscritoras do ACT do sector bancário insistem no congelamento salarial.

Na última ronda negocial o impasse continuou

Uma reunião de negociações realizada dia 31 de Maio nada acrescentou ao processo de revisão da tabela salarial para 2011. O Grupo Negociador das Instituições de Crédito manteve a posição defendida até aqui, ou seja, a situação da economia nacional e dos Bancos em particular não aconselha aumentos salariais. Desta vez escudou-se ainda no facto de aguardar eventuais evoluções que possam advir das reuniões da Febase com os presidentes dos principais Bancos.

Recorde-se que face ao impasse em que caíram as negociações, o Secretariado da Febase decidiu solicitar reuniões com a Banca ao mais alto nível, com o objectivo de sensibilizar os seus responsáveis para a injustiça que representa para os trabalhadores o congelamento salarial, sobretudo porque trimestralmente os Bancos sempre vão apresentando lucros.

As reuniões, em separado, foram já solicitadas aos presidentes das administrações do BES, BCP, Santander Totta e BPI.

Até ao momento ainda não houve respostas, pelo que a Febase aguarda para breve o agendamento dos encontros. Perante desta diligência, a Febase tomará uma decisão sobre o processo negocial.

Pedida Portaria de Extensão

No Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 22, de 15 de Junho, será publicado um aviso de projecto de Portaria de Extensão para aplicação do ACT do Sector a todos os trabalhadores bancários de Instituições de Crédito não subscritoras de qualquer convenção colectiva.

A emissão da Portaria de Extensão foi requerida pela Febase à ministra do Trabalho, com o objectivo de criar condições para que quer as empresas do sector, quer os seus trabalhadores, estejam sujeitos aos mesmos direitos e deveres. Helena André decidiu mandar publicar o aviso.

Em causa está o facto de na negociação colectiva a APB apenas representar um grupo de Instituições de Crédito (IC), através de um "Grupo Negociador" com mandato para negociar e outorgar o ACT, deixando de fora cada vez mais empresas.

"Esta prática enraizada originou que grande parte do sector bancário e financeiro se debata com graves distorções entre empresas e no crescente número de trabalhadores do sector que, filiados ou não nos Sindicatos que de facto já os representam ou podem vir a representar, não são abrangidos por qualquer instrumento de regulamentação colectiva", explicou a Febase em carta dirigida a Helena André em Fevereiro.

Aliás, a própria APB tem como seus associados IC que são subscritoras do ACT e outras que não têm qualquer regulamentação colectiva.

Por outro lado, argumentou a Febase, "um número relevante e crescente de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, não representadas pela APB, estão actualmente fora do âmbito de aplicação de qualquer regulamentação colectiva, com os evidentes prejuízos, seja quanto às empresas, seja quanto aos seus trabalhadores".

Referindo ainda o "importante passo" dado recentemente no sentido da integração dos trabalhadores bancários no regime geral da Segurança Social, a Febase considera que se impõe abrir um novo caminho no sector bancário: o da extensão do ACT do sector, com a finalidade de "se estabelecer a imperiosa uniformização das condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e de contribuir para uma sã concorrência entre os respectivos empregadores".

Após contactos com o Ministério do Trabalho, a Febase pode adiantar que o aviso de projecto de Portaria de Extensão será publicado no BTE de dia 15.

BES: Planos de pensões em discussão

Os Sindicatos da Febase foram contactados pelos associados do Banco Espírito Santo (BES), que expressaram a sua preocupação face ao novo Plano de Pensões - Quadros do BES.

Imediatamente a Febase solicitou ao Banco a realização de uma reunião, com o objectivo de se inteirar da sua

pretensão e discutir o documento.

O encontro decorreu a 31 de Maio, ficando acordado entre as partes que a Febase apresentaria as suas preocupações por escrito à Direcção de Recursos Humanos do Banco, que, por sua vez, se comprometeu a responder e, dentro do possível, introduzi-las no texto em discussão.

O ofício da Febase foi já enviado. Correspondendo aos anseios dos associados, nele a Federação elenca as principais críticas ao documento da empresa, salientando que com esta proposta o Banco "pode pôr fim à prática há muito instituída de incluir no cálculo das pensões o valor dos complementos remunerativos que, nalguns casos, assumem peso significativo no seu rendimento mensal (ainda que tal inclusão fosse casuística)".

No que diz respeito aos critérios para a realização das contribuições, o BES propõe que, em função dos resultados apurados nos exercícios, e de acordo com o seu único e exclusivo critério, pode não o fazer. A Febase contrapõe que "tais situações devem ficar claramente definidas, sem que fiquem dependentes de decisões aleatórias as contribuições, ou não, do Banco. Assim, devem ser indicados os critérios que podem levar o Banco a não contribuir".

A Federação defende ainda que deve ficar salvaguardado que o valor das contribuições é corrigido em função da data de actualização do ACT, ou seja, a 1 de Janeiro de cada ano.

No capítulo referente à suspensão, os Sindicatos da Febase consideram que nas situações de doença profissional, acidentes de trabalho, doença com internamento prolongado e gozo de licenças de parentalidade "não se devem suspender as contribuições, independentemente da respectiva situação" – ou seja, a possibilidade de suspensão após seis meses de ausência não deve ser aplicada nestas situações.

Quanto à cessação das contribuições, a Federação pretende ver salvaguardado que no caso de pré-reforma se mantêm as contribuições, caso não seja possível aceder ao plano.

Por fim, e em matéria de alteração e extinção, a Febase quer que fique expressa a salvaguarda de que os trabalhadores serão informados sobre eventuais alterações, bem como anualmente serão informados sobre a sua situação individual perante o Fundo. ■

Aproximação ao acordo-quadro sobre mercados de trabalho inclusivos

Texto: Luís Dias



Cada vez mais a construção europeia se faz com a participação activa dos parceiros sociais, verdadeiros motores do processo de integração económica e social dos povos europeus, nesta amálgama de estados e países do espaço geográfico designado por Europa.

Reconhecendo a importância do papel que os parceiros sociais europeus desempenham no cumprimento deste desiderato, foi negociado entre si um acordo-quadro autónomo, sobre a integração dos jovens e dos grupos mais desfavorecidos no mundo do trabalho e a concepção da aprendizagem ao longo da vida, através da formação contínua.

O acordo foi assinado pelos parceiros sociais europeus em 25 de Março de 2010 e tem como data limite de implementação nos respectivos mercados de trabalho o dia 25 de Março de 2013.

Tomaram parte nas negociações a UGT e CGTP, integradas na delegação da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e, da parte dos empregadores, estiverem presentes a BUSINESSEUROPE, Associação Europeia para o Artesanato e PME (UEAPME) e o Centro Europeu de Empresas com participação pública e empresas de SIG (CEEP).

Foi assim que o Departamento da Negociação Colectiva da UGT fez eco, junto

dos representantes dos seus Sindicatos no Pelouro da Negociação Colectiva e na última reunião havida, dos principais objectivos deste acordo que, com a devida licença, aqui reproduzimos parcialmente, atenta a sua elevada importância.

Os principais objectivos a alcançar com o presente acordo-quadro são:

- Promover medidas que aumentem a capacidade individual das pessoas para entrarem, permanecerem e progredirem no mercado de trabalho;
- Procurar soluções para facilitar o acesso ao mercado de trabalho por parte dos que estão fora (outsiders) – abordagem curativa;

- Apoiar os que, estando dentro do mercado de trabalho e aí permanecerem e progredirem, abordagem preventiva.

De notar que este acordo-quadro não abrange aqueles que, por razões várias, estão muito afastados do mercado de trabalho e cuja intervenção não está na esfera dos parceiros sociais, mas sim das políticas de inclusão e apoio social dos governos europeus.

São, ainda, objectivos para a promoção dos mercados de trabalho inclusivos, a maximização do potencial da força de trabalho europeia (em cada Estado-membro), aumentando as taxas de emprego,

melhorando a qualidade do emprego, nomeadamente por via da formação e do desenvolvimento das competências.

É que a inclusão é também um desafio de longo prazo, tendo em conta as alterações demográficas e a sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social.

Por isso, as responsabilidades devem ser partilhadas pelos actores sociais envolvidos. Por um lado, os empregadores e suas estruturas representativas e, por outro, os indivíduos, os trabalhadores e as suas estruturas representativas.

De todo o modo, haverá que ter consciência de que, para alcançar a optimização de funcionamento do mercado de trabalho europeu Inclusivo, não dependerá apenas da acção e empenhamento dos parceiros sociais, mas também da adequação da legislação europeia e de outros textos normativos, cuja aplicação, em todos os Estados-membros, se tornará relevante para a implementação deste acordo-quadro, mas tendo em conta as especificidades próprias de cada mercado de trabalho, porque o que é considerado relevante num Estado-membro pode não o ser noutro.

Torna-se assim urgente e pertinente uma maior divulgação pelos parceiros sociais intervenientes na subscrição deste acordo, mormente os sindicais, promovendo debates internos com as organizações suas filiadas, bem como na comunicação social, sobre o seu conteúdo, e a publicação integral nas suas publicações próprias.

Estamos, ainda, convictos que a implementação deste acordo-quadro e a sua transposição para o nosso ordenamento jurídico da contratação colectiva, por vontade expressa das partes negociadoras, irá contribuir para uma profunda alteração do paradigma actual das relações de trabalho e para a transformação do mercado de trabalho, passando a ser mais inclusivo e menos exclusivo.

Os trabalhadores portugueses e europeus são merecedores deste esforço colectivo na criação de um novo quadro normativo de negociação colectiva, que emerge da livre e expressa vontade democrática dos parceiros sociais europeus.

Esperamos que os nossos parceiros sociais e o próprio Governo português estejam à altura das suas responsabilidades na implementação deste acordo-quadro. ■

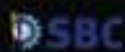


Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Abril

Veja toda a informação em : www.fotofebase.blogspot.com

SBC Tema Livre



"Sorriso"
José Pinto



"Cai"
Fernando Machado



"Esquilo"
Fernando Machado

SBC Os Quatro Elementos



"Fogo"
Bruno José



"Água"
José Pinto



"Terra"
Fernando Machado

SBN Tema Livre



"Luz e sombra"
Jorge Viana Basto



"Reflexo"
Álvaro Pereira



"Na sua teia"
Luís Coelho

SBN Os Quatro Elementos



"Isto Cerco"
Emanuel Portes



"Pérolas caseiras"
Emanuel Portes



"Da terra para o mar"
Jorge Viana Basto

SBSI Tema Livre



"Portais"
João Amaro



"Não à violência"
José Canelas



"Port Croft"
João Amaro

SBSI Os Quatro Elementos



"Composição"
António Molanilha

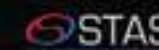


"Mar e terra"
Orlando Viegas



"Lumoa para o céu"
Carlos Santos

STAS Tema Livre



"Tê"
Vergília Machado



"Olhar de criança"
Rui Santos



"Túne"
Luís Silva

STAS Os Quatro Elementos



"Mar"
João Sales



"Chuva ao contrário"
Sílvia Nunes



"Boia de Sabão"
Luís Silva

O prazo de resposta à Nota de Culpa

TEXTO: ANTÓNIO BAPTISTA*

Muito recentemente o Tribunal da Relação de Lisboa foi chamado a pronunciar-se sobre a questão de saber se um despedimento de um trabalhador ao qual foi concedido um prazo de dez dias úteis para responder à Nota de Culpa é válido ou não, tendo em conta que o Instrumento de Regulamentação Colectiva aplicável fixa esse mesmo prazo para a Resposta em quinze dias úteis

dessa reclamação não significa que a fixação de prazo mais curto que o convencionalmente previsto não viole o direito de defesa por desrespeito do princípio do contraditório.

Comentando agora este Acórdão, ele merece todo o nosso acolhimento porque de há muito que defendíamos este ponto de vista, sempre acerrimamente crítica-

O caso passa-se no âmbito do IRCT das Instituições do Crédito Agrícola Mútuos que, na realidade, fixa o prazo de quinze dias úteis para o trabalhador responder à Nota de Culpa, sendo certo que a Instituição em causa apenas concedeu dez dias úteis.

Na acção judicial de impugnação do despedimento, entre outros argumentos, a trabalhadora em causa, que havia sido despedida com invocação de justa causa, invocou a invalidade do despedimento por violação do princípio do contraditório, além do mais porque no mencionado prazo de dez dias úteis não lhe tinha sido possível carrear toda a prova da sua defesa.

Na contestação, a Instituição do Crédito Agrícola invocou que, se lhe tivesse sido pedido, teria dado os 15 dias úteis, que a questão não foi colocada na Resposta à Nota de Culpa e que, de qualquer modo, a trabalhadora não deixou de se defender dentro do prazo concedido de 10 dias.

O Tribunal do Trabalho da primeira Instância julgou ilícito o despedimento, exactamente com fundamento na preterição do prazo de 10 dias úteis para a trabalhadora responder, e assim decidiu com fundamento no Art.º 382.º, n.ºs 1 e 2 alínea c) do Código do Trabalho.

Esta decisão foi confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa em Acórdão de 11 de Maio de 2011.

Na verdade, nesse Acórdão decidiu-se que o prazo aplicável para a Resposta à Nota de Culpa é de 15 dias úteis, por força do disposto no Art.º 383º, n.º 2 do Código do Trabalho de 2003, sendo que o actual mantém esse mesmo regime. De facto, neste preceito legal se prescreve que, nomeadamente os prazos de procedimento e de aviso prévio, podem ser regulados por Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho.

Ora, o ACT das ICAM, publicado no BTE n.º 48, de 29.12.2006, na sua Cláusula 94.º, n.º 3, prescreve o prazo de 15 dias úteis para



a resposta à Nota de Culpa, consulta do processo e apresentação de provas.

Era, este, pois, o prazo aplicável.

Diz o referido Acórdão – e com ele se concorda em absoluto – que o prazo para a dedução da resposta à Nota de Culpa é um elemento fundamental do princípio do contraditório e do direito de defesa, e a violação deste princípio é um dos fundamentos pelos quais pode ser declarado inválido o despedimento, cominação que já estava consagrada no Código do Trabalho de 2003 e que veio a ser claramente expressa, sem margem para dúvidas, no Código do Trabalho de 2009.

Considerou o referido Acórdão que “o prazo para a dedução da defesa não deve ser considerado em concreto, mas em abstracto, sendo um prazo igual para todos, sob pena de se introduzir nesta matéria soluções casuísticas que só criam litigiosidade e desigualdade de tratamento”.

O Tribunal da Relação pronunciou-se também sobre o argumento de que a questão não foi objecto de reclamação na Resposta à Nota de Culpa e que a trabalhadora, mesmo assim, respondeu dentro do prazo que lhe foi concedido. Entendeu o Tribunal que a ausência

do pelas entidades patronais, que viam na falta de reclamação do prazo dado uma espécie de concordância do trabalhador com a ilegalidade. De notar que o actual Código do Trabalho, no seu Artigo 382.º, n.º 2, alínea c), comina como inválido o despedimento em que o procedimento não tenha respeitado o direito do trabalhador a consultar o processo ou a responder à Nota de Culpa ou, ainda, o prazo para resposta à Nota de Culpa. E o n.º 1 do mesmo Artigo considera ilícito o despedimento, se o respectivo procedimento for inválido. Este entendimento de que o direito de defesa do trabalhador, como uma emanação do princípio do contraditório, constitui um direito que vale por si próprio e em abstracto, representa uma orientação contrária a outros entendimentos liberais, que tendem a transformar a relação de trabalho no mesmo plano que uma relação meramente civil, que não é, já que nesta relação laboral não há a verdadeira igualdade das partes que existe numa relação comercial ou mesmo civil.

Entendemos, por isso, que decidiu bem o Tribunal da Relação de Lisboa. ■

*Advogado do SBSI



TEXTO: RUI SANTOS

Surfcasting

Vitórias de Orlando Viegas e do Banco de Portugal

A quarta edição do campeonato nacional interbancário de surfcasting chegou ao fim em 21 de Maio, com a vitória individual de Orlando Viegas, que concorreu pelo Santander Totta, e do Banco de Portugal, por equipas

da tarde, e acabaria por ser muito bem disputada, embora desde cedo se começasse a vislumbrar quem seria o maior candidato a vencedor da competição.

O vencedor absoluto e individual da prova foi Orlando Viegas, do BST, em representação do SBSI, com uma pescaria de 5240 gramas, enquanto o prémio para o maior exemplar, uma tainha com 1020 gramas, foi para João Moreira Santos, do BPI/SBSI. Por equipas, venceu a do Banco de Portugal, do SBSI.

A final nacional teve lugar na praia das Areias Brancas, em Vila Nova de Santo André, em 21 de Maio, e contou com a participação de 49 pescadores, em representação do SBC (8), SBN (13) e SBSI (28) e dos Bancos e Grupos Desportivos do BCP, BPI, Banif, BES, CGD, BdP, MG, BST e da região autónoma da Madeira.

A prova, dividida em três sectores, prolongou-se por quatro horas, ao longo

A cerimónia de entrega de prémios, presidida por Rui Riso, que venceu as recentes eleições no SBSI e que não quis deixar de assinalar a sua presença nesta jornada desportiva da Febase, teve lugar num hotel local e foi seguida de um convívio entre os participantes.

Estes foram os três primeiros, em cada uma das três zonas:

Zona A – 1.º João Farrumba (Bdp), 1542 gramas; 2.º João Santos (BPI), 1515; 3.º António Sousa Feira (BST), 1456;



Zona B – 1.º Orlando Viegas (BST), 5240 gramas; 2.º José Carvalho Pereira (BST), 3520; 3.º João Carvalho (Bdp), 2902;

Zona C – 1.º Luís Manuel Vieira (Bdp), 3965 gramas; 2.º João Sousa Feira (BST), 3035; 3.º Manuel Silva Oliveira (BES), 1641.

Todos estes pescadores representaram o SBSI, excepto o último dos acima indicados, que representou o SBN.

A equipa 1 do Banco de Portugal venceu colectivamente, logo seguida das equipas 1 e 3 do BST. ■



Instituto de Formação Bancária
IFB – The Portuguese Bank Training Institute
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS



Entidade apoiada pelo IEFP

Curso para Jovens Banca

21ª Edição

Formação em Alternância: em Sala e em Bancos

Lisboa | Porto



IFB – Lisboa
Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa
Tel: 217 814 530 Fax: 217 940 514

IFB – Porto
Rua Fernandes Tomás, 352 – 4º, 4000-209 Porto
Tel: 225 194 120 Fax: 225 102 205

www.ifb.pt
alternancia@ifb.pt

Jovens com o 9º Ano

(até ao 12º Ano incompleto)

Curso de Técnicas e Operações Bancárias

Duração: 3 anos
Dupla Certificação: 12º Ano e Nível 4
Saída Profissional: Técnico Comercial Bancário
Com estágios em Bancos, todos os anos do Curso.

Apoios aos Formandos

Data de Início: Setembro de 2011

Candidaturas:

Até 15 de Julho de 2011

Curso de Aprendizagem a realizar em Lisboa e Porto em datas a anunciar e após autorização do Instituto do Emprego e Formação Profissional.



Ponta Delgada recebeu oito centenas de trabalhadores do Santander Totta

TEXTO: RUI SANTOS

O Grupo Desportivo Santander Totta realizou, mais uma vez, o seu convívio nacional de associados e, desta vez, o palco de todas as actividades integradas naquele evento foi a ilha de São Miguel, nos Açores

O Grupo Desportivo Santander Totta vem realizando anualmente, e desde há seis anos, um convívio nacional dos seus associados, destinado aos trabalhadores, no activo ou na reforma, que prestaram serviço naquela Instituição e nas entretanto extintas, que foram objecto de fusão ou integração no BST.

O convívio deste ano teve lugar de 21 a 25 de Abril e o cenário escolhido para a realização do vasto programa de actividades foi a ilha de São Miguel, com a sua capital, Ponta Delgada, a receber mais de oitocentas pessoas, entre associados do GDST e familiares.

Ao longo dos cinco dias das actividades do convívio, os participantes tiveram oportunidade de fazer um circuito turístico na cidade de Ponta Delgada e de visitar as várias maravilhas da natureza integradas na ilha, mas o programa incluía, também, passeios de "jeep", por paisagens deslumbrantes, e de barco, com avistamento de sete baleias em pleno mar.

Muitas foram as actividades desportivas praticadas pelos associados do GDST ao longo daqueles cinco dias: futsal, futebol, karting, pesca, tiro, golfe, jogos de salão, andebol, basquetebol e ténis.

O convívio nacional dos associados do GDST atingiu os pontos mais altos nos jantares de abertura e de encerramento, que tiveram lugar no pavilhão do Mar, com a presença de individualidades locais e do Banco, e também serviu para a entrega de galardões aos associados que perfizeram 25 e 50 anos de filiação no Grupo Desportivo.

No jantar de encerramento, o Presidente da Direcção Nacional do GDST, Francisco Duarte, teve oportunidade de intervir, para agradecer aos sócios que prontamente responderam ao anúncio do convívio nacional e a todos quantos contribuíram para o seu sucesso, bem como o incentivo recebido da Direcção de Recursos Humanos do Banco, terminando por afirmar que a Direcção do Grupo Desportivo a que preside "espera poder continuar a prestar o melhor serviço aos seus sócios, em próximas iniciativas, contando sempre com a presença do maior número de associados".

Ao longo da sua intervenção, Francisco Duarte teve ainda ocasião de assinalar que a realização dos convívios anuais "é um projecto arrojado e trabalhoso, é certo, mas a Direcção, colocando mãos à obra, fruto do entusiasmo demonstrado também pelas opiniões dos sócios, levou-o à sua concretização. ■

O programa incluiu passeios de barco, com avistamento de sete baleias em pleno alto mar



"À Moda do Porto" ...

TEXTO: FIRMINO MARQUES



Recorde-se que, mensalmente, o Núcleo de Fotografia realiza uma exposição na galeria do Sindicato, na Rua Conde de Vizela, 145, patrocinada pela Direcção e a que foi atribuído o título de "À Moda do Porto", podendo ser visitada, todos os meses, às Quartas e Quintas-feiras, entre as 15 e as 17,30 horas.

Em cada uma daquelas mostras, um dos membros é, rotativamente, designado para apresentação de um tema sobre o Porto.

A mostra que decorre neste mês e que se prolongará até 6 de Julho, intitulada-se "Casa da Música", de autoria de António Almeida.

Segue-se-lhe "Neblinas D'Ouro" tendo Júlio Pereira como autor e que se desenvolverá de 6 de Julho a 3 de Agosto.

A Direcção convida todos os associados, familiares e amigos a acompanhar mais esta manifestação cultural que o Sindicato coloca ao seu dispôr. ■

... e "O Perdão das árvores"

O Sindicato dos Bancários do Norte apoia a exposição de fotografia da autoria do associado Jorge Viana Basto, responsável pelo Núcleo de Fotografia do SBN, intitulada "O Perdão das árvores", que se realiza com o patrocínio da Direcção Geral de Arquivos - Centro Português de Fotografia, no edifício da antiga cadeia e Tribunal da Relação do Porto, onde está patente desde 28 de Maio.

Para Jorge Viana Basto, "a escolha principal na realização de uma fotografia depende da sensibilidade e da motivação; a sensibilidade pode estar intimamente ligada a uma expressão artística, seja ela plástica, evocativa, literária, musical, documental ou outra que a pedagogia da imagem desenvolva".

E acrescenta que, como motivação, "neste meu trabalho inspirei-me no poema "O Perdão das árvores", de António Correia de Oliveira, e fotografei algumas árvores do Porto que, de algum modo, procuro identificar com o aludido poema; por outro lado, e servindo-me da componente sociocultural e de intervenção que a imagem representa, pretendo contribuir para uma reflexão atenta e urgente, relacionada com a preservação do património dendrológico da cidade do Porto.

O Perdão das árvores

Eis-nos mortas, de rastos, pelo chão!
E fomos belas, altas e frondosas.
E demos doces frutas saborosas
Que mataram a sede e foram pão.

Fomos o berço do Homem e o seu lume;
Demos-lhe bênção, cantos e perfume;
Caixão, em nós descanso até final.

Em nós, cheias de enlevo e mansidão,
Fizeram ninho as árvores amorosas.
Pelas sestas de Julho a arder, piedosas,
Fomos a sombra e a voz da solidão.

Demos a vida a quem nos tira a vida:
Mas só nos dói a ingratidão sofrida
De um mal inútil, - feito só por mal!

António Correia de Oliveira

Rastreios

de patologia mamária, cardiológico e oftalmológico

O SBN/SAMS continua a apostar cada vez mais na medicina preventiva. Para tal vai promover, como serviço gratuito e mediante marcação prévia, rastreios de patologia mamária (para beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos), cardiológico (para todos os beneficiários) e oftalmológico (para beneficiários com idade entre os 3 e os 9 anos), nos meses de Agosto e Setembro.

Por considerar que a medicina não deve ser apenas curativa mas essencialmente preventiva, os SAMS prestam, assim, um serviço que permite evitar surpresas desagradáveis a quem recorre aos serviços clínicos apenas em situações de enfermidade.

A marcação dos rastreios deverá ser efectuada no posto de S. Brás (presencialmente, pelo telefone 225071616 das 14 às 17 horas, pelo fax 225071614 ou pelo e-mail marcacoes@sbn.pt, ou na delegação respectiva, até 15 de Julho. ■



Tiro aos pratos

João Amorim e BCP dominam

Textos: FIRMINO MARQUES



João Amorim



Os participantes

João Amorim, do BCP de Arcos de Valdevez, sagrou-se campeão regional de tiro aos pratos, seguido nos lugares de honra por António Huet Bacelar, seu companheiro de Banco em Santo Tirso, e por José Coelho, também do BCP, mas do Porto, respectivamente 2.º e 3.º na classificação geral individual final. A final nacional da 15.ª edição do campeonato nacional interbancário da modalidade irá decorrer no próximo dia 18, no Clube de Caça e Pescadores da Beira, em Viseu. ■

Futsal

“Os Finimáximos” vencem 35.º torneio regional



Com a vitória da equipa “Os Finimáximos” do Montepio Geral, terminou, no passado dia 15 de Maio, o 35.º campeonato regional de futsal, ficando assim apurado o representante do SBN na fase final do torneio nacional, que se realizou na Vila da Batalha, no passado fim-de-semana, nos dias 11 e 12. No segundo lugar classificou-se a equipa do “Desportivo BPI”, que perdeu por 1-2 na final. ■

Pesca

Manuel Oliveira é campeão regional de mar



A terceira prova do 32.º campeonato regional de pesca de mar realizou-se em 14 de Maio, em Vila Chã, e determinou a vitória de Fernando Ribeiro, do BCP, com 4,758 quilos de peixe capturado e do BES, que assegurou o primeiro lugar na classificação por equipas.

No final das três provas realizadas, Manuel Oliveira, do BES, viria a sagrar-se campeão regional, com Hélder Monteiro, do BCP, e Virgílio Dias, do BES, a posicionarem-se nos restantes lugares do pódio. Por equipas, venceu o BES, seguido pelo MBCP A e pelo MBCP B. ■

Jornadas sindicais na CGD

Texto: SEQUEIRA MENDES

O SBC entende que é nos locais de trabalho, nas agências bancárias, que se revitaliza e consolida o espaço colectivo, porque é aí que se desenrola e forja o futuro dos bancários e se consolida o futuro do Sindicato

É nos locais de trabalho que os Sindicatos constroem a sua identidade, é lá que colectivamente o debate se enriquece, é lá que se reforçam os elos e afinidades entre os indivíduos da mesma classe sócio-profissional.

Resultante desta prática de permanência nos balcões, desta prática de um sindicalismo de proximidade, o SBC vai levar a efeito, de 14 de Junho a 8 de Julho, as suas jornadas sindicais no grupo Caixa Geral de Depósitos. Todos os balcões da CGD da nossa área sindical vão receber a visita de várias equipas, formadas pelos Corpos Gerentes, com o apoio e participação de membros dos Secretariados Regionais, para contactar, um a um, todos os trabalhadores e sensibilizá-los para a necessidade de reforçar a unidade da classe e da sindicalização dos trabalhadores da CGD no SBC.

Gentil Louro, responsável sindical do SBC para o Grupo CGD é peremptório: “mais que duplicámos, em dois anos, o número de associados na CGD e estes números demonstram que os trabalhadores têm sido sensíveis aos nossos apelos de fortalecimento de um Sindicato Democrático, com mais de 76 anos de existência”. Relativamente às nossas práticas, referiu que “ainda recentemente a FEBASE teve um papel decisivo, na transposição para a CGD do aumento salarial de 2010, anulando, assim, a equiparação da CGD à Função Pública, para efeitos de aumentos salariais. Esta prática de um sindicalismo democrático e defensor dos interesses dos trabalhadores está patente na recente luta em que nos empenhámos, através da UGT na Concertação Social, juntamente com os trabalhadores da CGD, com o objectivo de minimizar a penalização das medidas de austeridade



Gentil Louro, responsável sindical do SBC para o Grupo CGD

de impostas pelo Governo”, disse aquele dirigente.

“Vamos entrar na CGD com uma proposta forte na área da saúde, pois os trabalhadores da CGD e todos os seus familiares que tenham acesso à guia Mod. 9, dos Serviços Sociais, podem frequentar os nossos postos clínicos, pagando o valor dessa guia, alargando, assim, o leque de oferta de médicos/valências”. Ainda no campo da saúde, disse Gentil Louro, “os familiares que os trabalhadores inscreverem como utentes, poderão frequentar, também, os nossos postos clínicos, pagando as nossas tabelas, sem qualquer encargo para o associado”.

É com estes argumentos fortes, de carácter puramente sindical, e com esta oferta forte no campo da saúde que o SBC vai, mais uma vez, junto dos trabalhadores da CGD, alertar para que se sindicalizem num Sindicato que foi fundador da FEBASE, que está filiado na UGT e que, por essa via, se encontra representado em diversas organizações internacionais.

Finalmente, “vamos oferecer formação virada para o sector bancário, vamos proporcionar aos trabalhadores da CGD o usufruto da secção de viagens, desporto e tempos livres e possibilitar o acesso ao aconselhamento jurídico particular gratuito” - rematou Gentil Louro. ■

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

SBC
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

Jornadas Sindicais
do SBC na CGD

14 de junho
a
8 de julho 2011

Caixa Geral de Depósitos

Futsal

Equipa do BCP na final nacional, na Batalha



A final regional da 35.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal teve lugar em 14 de Maio, no pavilhão municipal de Tondela, e pôs frente a frente as equipas do Clube Millennium BCP, em representação da Secção Regional de Coimbra, e de Os Mesmos, em representação da Secção Regional da Guarda.

Assistiu-se a um jogo bem disputado, viril mas leal, em que as notas mais salientes foram a correcção e o desportivismo, além do resultado, que sorriu à equipa do Clube Millennium BCP, por uns expressivos 7-3.

Após o jogo, teve lugar num restaurante de Adiga - Tondela, uma sessão de convívio e almoço com distribuição de troféus, com a presença do Secretário Coordenador de Viseu, Couto Ribeiro, e Francisco Carapinha e Manuel António, por parte da Direcção. ■

Pesca

Provas de apuramento já decorrem

A primeira prova de apuramento de pesca de rio, no SBC, decorreu na pista do Rio Arunca, em Vila Nova de Anços, em 14 de Maio.

Com óptimas condições atmosféricas para a prática da modalidade e águas calmas, compareceram à chamada 32 pescadores, que ficaram divididos por quatro sectores.

O peixe saiu com abundância, adivinhando-se uma luta renhida para se encontrarem os doze pescadores mais pontuados e que irão disputar a final nacional, em Chaves, lá mais para Outubro.

Os colegas mais pontuados de cada sector foram: António Oliveira do Montepio Geral, Mário Alberto Cardoso da CCAM, José Silva Ferreira do BCP, e Paulo Figueiredo, do mesmo Banco.

A segunda prova de apuramento teve lugar duas semanas depois e teve como palco a pista do Rio Lis, em Monte Real, contando com a participação de 32 concorrentes, divididos por quatro sectores.

O dia estava óptimo, o peixe abundou, a pista de pesca é também muito boa e a organização esteve irrepreensível. Tudo somado, levou a que todos os



participantes saíssem muito satisfeitos, razão pela qual já se pensa em fazer a próxima final nacional nesta pista.

Os primeiros classificados dos sectores foram Rui Nunes, do BPI, José António Bonito, da CCAM, José Manuel Al-

ves, do BES, e Joaquim Oliveira, também do BES.

A próxima e última prova regional terá lugar na pista do Mondego. Estiveram presentes Francisco Carapinha e Rui Oliveira, por parte da Direcção. ■

I Congresso do Clube Chapas na sede do STAS

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

O I Congresso do Clube Chapas, o Clube História e Acervo Português da Actividade Seguradora, realizou-se em 7 e 8 de Maio, na sede do STAS.

Após a recepção dos convidados, que decorreu no Salão Nobre do Sindicato, o Presidente da Direcção do Clube Chapas, Vítor Alegria, abriu o Congresso.

Seguiram-se as intervenções do Presidente do STAS e da INEtese, Carlos Marques, do Presidente do Clube Italiano Coleccionista Chapas de Incêndio e do Vice-Presidente do Clube Alemão de Coleccionadores de Chapas de Incêndio.



A mesa do I Congresso do Clube Chapas, Lisboa, Maio 2011

Depois de uma pequena pausa para o café, no Museu do Clube, temporariamente instalado no Salão Nobre, seguiu-se a apresentação do livro "Chapas - Heráldica das Seguradoras" e anunciou-se uma futura edição, pelo co-autor José Pousinho Henriques.

Depois da intervenção do Vice-presidente da Assembleia Geral do Clube Chapas, Paulo Costa, seguiu-se o almoço, num restaurante tipicamente português, na Mouraria.

Da parte da tarde realizou-se o primeiro mercado de venda e troca de Chapas, aberto a antiquários, lojistas de velharias e coleccionadores de objectos ligados à Actividade Seguradora, tendo

o STAS adquirido algumas relíquias, que contribuirão para enriquecer o seu património heráldico. Seguiu-se uma visita guiada ao Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, passeio no rio Tejo e visita ao Solar do Vinho do Porto.

Os convidados e participantes deste primeiro encontro internacional terminaram o dia com um jantar em Lisboa.

O segundo dia do Congresso foi dedicado a um passeio pela zona pombalina de Lisboa, sob o tema "No encaço das Chapas de Seguro de Incêndio".

Perante o sucesso desta iniciativa o Clube das Chapas promete em breve repetir a proeza. Fique atento. ■



Mercado de venda e troca de chapas

Jovens Seguros envolve 1500 participantes em iniciativa inédita

Textos: **LUÍS DIAS**



O largo do Intendente viveu dias diferentes

Entre 24 e 27 de Maio, a Associação Jovens Seguros, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, desenvolveu o projecto "Intendente Aventura", no Largo do Intendente Pina Manique, em Lisboa, envolvendo mais de 1500 participantes.

Criou-se um circuito de actividades Aventura, com o objectivo de utilizar esta tipologia desportiva, tão peculiar como forma de atracção a públicos pouco frequentes nesta zona da cidade. Fizeram parte deste circuito actividades tais como futebol, basquetebol, cir-

cuito técnico de BTT, jogos tradicionais, carrinhos de rolamentos, bisnagaball, uma parede de escalada, pontes de cordas, "slide" e um percurso de orientação na zona envolvente.

Este projecto teve como objectivo dinamizar aquela zona, através da promoção da actividade física, envolvendo a população mais jovem, onde se pôde contar com a presença de várias escolas do concelho de Lisboa. Conseguiu-se, assim e desta maneira, criar um espaço de convivência intracomunitária e intercultural e um efeito de propagação de uma imagem positiva e aprazível da zona do Largo do Intendente Pina Manique.

Conseguiu-se, também, realizar um evento de cariz social, envolvendo a comunidade local e favorecendo, deste modo, a reabilitação humana e social daquela zona da cidade. ■

STAS entrega prémios do futebol de 7 e do futsal



Carlos Marques e Vaz Rodrigues, do GDFM/IB, que venceu os dois torneios



Diogo Vieira, do Inetese



Rui Alves, da Lusitânia

Na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora realizou-se, no passado dia 17 de Maio, a entrega de prémios do 4.º campeonato de futebol de sete e do primeiro torneio de futsal do STAS.

Para além da entrega de prémios, houve ainda tempo para um pequeno convívio com um Porto de Honra, em que todos participaram.

No início da cerimónia, a Direcção do STAS fez um balanço dos resultados das provas, bem como da forma como decorreram os torneios, no aspecto disciplinar e desportivo.

Traduzindo-se num enorme êxito, vai o STAS dar início à preparação das provas seguintes, que terão início ainda em 2011. Até lá, realizar-se-á um jogo, em data a anunciar, para atribuição de um troféu FEBASE entre as equipas vencedoras do torneio de futsal do STAS e dos Sindicatos dos Bancários.

Esperamos que, em 2012, seja possível repetir o êxito alcançado e - quem sabe - realizar já provas conjuntas entre todos os Sindicatos da FEBASE. ■

Primeira acção de formação sobre segurança e saúde no trabalho

Texto: **JOSÉ LUÍS PAIS**

O STAS promoveu, com o apoio da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), a primeira acção de formação para representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho, com a duração de 39 horas e em período pós-laboral.

A acção teve como objectivo conhecer: a importância da SST; os conceitos chave aplicados ao estudo da SST; os direitos de participação dos trabalhadores e dos seus representantes; as cinco categorias dos riscos de trabalho; as formas de avaliar, identificar, prevenir e controlar os riscos de trabalho; o mapa de riscos e saber elaborar e quais os seus objectivos, para além de saber preencher notícias de risco e cadernos reivindicativos; conhecer os mecanismos de eleição e participação dos representantes dos trabalhadores em SST e quais os seus direitos e as suas responsabilidades em relação à prevenção de acidentes; requerer sugestões dos trabalhadores sobre questões de SST; saber como sensibilizar e mobilizar os trabalhadores da empresa para a salvaguarda dos seus direitos ligados à SST.

Refira-se a excelente participação dos formandos que, desde o início, ficaram mobilizados para acompanhar, com manifesto interesse, os vários módulos da acção.

Informa-se, a propósito, que o STAS realizará outra acção de formação semelhante, no decurso do próximo mês de Outubro. ■



Alguns dos participantes na acção de formação sobre Segurança e Saúde no trabalho

Jovens Seguros - 10 anos de Aventura

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BFT, Cicloturismo, Bsnaga Bal e outras actividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas actividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 6 anos de idade

2011

1º Turno: 25 de Junho a 2 de Julho

2º Turno: 8 a 15 de Julho

3º Turno: 16 de Julho a 30 de Julho

4º Turno: 30 de Julho a 13 de Agosto

5º Turno: 14 a 27 de Agosto

6º Turno: 27 de Agosto a 3 de Setembro

Turnos de uma semana

DEDE € 382,50

Preços: 425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
325 Euros para Outros

Pagamentos Fraccionados até Novembro

10% de desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte para descontos e condições de pagamento)

CAMPO DE FÉRIAS ABERTO

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem credenciada, Actividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de actividades adaptáveis às faixas etárias, Ias e praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 3 anos de idade

2011

1º Turno: 4 a 8 de Julho

2º Turno: 1 a 5 de Julho

3º Turno: 16 a 22 de Julho

4º Turno: 23 a 29 de Julho

5º Turno: 1 a 5 de Agosto

6º Turno: 8 a 12 de Agosto

DEDE € 382,50

Preços: 107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
93 Euros para Outros

Pagamentos Fraccionados até Novembro

10% de desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com

geral@jovensseguros.com

linha grátis: 800 205 179

tel: 21 880 21 60

Igualdade de género em Portugal

Texto: Rui Santos

Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher portuguesa a exigir votar, em 1911, para o Parlamento Republicano Constitucional. Ela argumentou que tinha o direito de fazê-lo, enquanto chefe de uma família. Mais tarde, o seu voto não foi contado. A lei foi alterada algum tempo depois, afirmando que só os chefes de domicílios do sexo masculino poderiam votar. Em 1931, durante o regime do Estado Novo, as mulheres puderam votar pela primeira vez, mas apenas se tivessem um diploma do ensino médio ou universitário, enquanto aos homens só era exigido ser capaz de ler e escrever. Em 1946, uma nova lei eleitoral alargada deu a possibilidade de voto feminino, mas ainda com algumas diferenças em relação aos homens. Em 1968, uma nova lei, pretendia estabelecer uma "igualdade de direitos políticos para homens e mulheres", mas em termos eleitorais, os poucos direitos eram reservados aos homens. Só com a Revolução dos Cravos em 1974, é que as mulheres viram os seus direitos eleitorais reconhecidos, em matéria de igualdade política activa.

Plena igualdade jurídica

As mulheres portuguesas ganharam plena igualdade jurídica há relativamente pouco tempo. Até às reformas tornadas possíveis pela Revolução de 1974, tinham menos direitos do que as de outros países europeus, nomeadamente menos direitos políticos, económicos ou pessoais. Na família, estavam subordinadas aos maridos e não tinham direito de opinar sobre como os filhos deviam ser criados e educados. Essas decisões cabiam ao homem que, no entanto, delegava o cuidado e a educação na mulher.

Foi somente em 1969 que as mulheres casadas obtiveram o direito a ter passaporte ou sair de Portugal sem o consentimento dos seus maridos.

Com a Revolução de Abril, abriu-se um novo quadro institucional, que lhes garantiu igualdade jurídica plena, pela primeira vez na história do País. O direito ao voto e a igualdade de direitos no casamento ficaram garantidos.

Durante séculos, as mulheres portuguesas foram obrigadas por lei e, também culturalmente, a serem subservientes aos homens. Tinham poucos direitos de natureza jurídica ou financeira e eram obrigadas a contar com a benevolência do sexo masculino.

No final do século XIX e início do século XX, alguns mais instruídos viram a necessidade da igualdade e emancipação das mulheres. Um pequeno movimento de mulheres sufragistas e alguns jovens começaram a receber educação superior. Com a proclamação da primeira República, em 1910, foram promulgadas leis que instituíram a igualdade jurídica no casamento, como o casamento civil, libertando as mulheres da obrigatoriedade de permanecerem casadas sem o quererem e permitindo o divórcio. No entanto, as mulheres ainda não estavam autorizadas a gerir a propriedade privada ou a votar.

Recuos no Estado Novo

O Estado Novo de Salazar significou o fim destes avanços. A Constituição de 1933 proclamou que todos eram iguais perante a lei, "excepto as mulheres, devido às diferenças resultantes da sua natureza e para o bem da família". Embora o regime permitisse que as mulheres com o ensino secundário pudessem votar (os homens só precisavam saber ler e escrever), as mulheres eram obrigadas a permanecer no casamento. A Concordata de 1940, entre o Governo Português e a Igreja Católica Romana, deu validade legal aos casamentos da Igreja e proibiu o divórcio. Mais tarde, alterações ao Código Civil, na década de 1960, consolidaram a supremacia do marido no casamento.

Só na Constituição de 1976 os direitos humanos foram vertidos e a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens foi declarada constitucional. No entanto, remonta a 1973 a criação da Comissão para a Política Social relativa à Mulher, que tinha um carácter consultivo e cujo principal trabalho foi, no âmbito das discriminações legais, elaborar propostas de alteração no direito da família e legislação de trabalho. Em 1975, essa Comissão deu lugar à Comissão da Condição Feminina que, em 1977, foi institucionalizada e estabelecia objectivos na consciencialização das discriminações sobre as mulheres e em formas de luta para alcançar três objectivos: contribuir para a transformação da sociedade; co-responsabilidade efectiva de homens e mulheres a todos os níveis; a maternidade como função social. Toda essa dinâmica permitiu que, em 1991, fosse substituída pela Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, hoje Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



A posição das mulheres melhorou em resultado dessas reformas legais. Na década de 90, as mulheres começaram a destacar-se em muitas profissões. 37% dos médicos e advogados e mais de metade dos inscritos no ensino superior eram mulheres, que acederam a profissões vedadas, tais como a diplomacia e magistratura.

Em 1911, Carolina Ângelo foi a primeira mulher portuguesa a exigir votar

No entanto, as mulheres portuguesas ainda não alcançaram a plena igualdade social e económica. Elas permanecem sub-representadas na maioria dos cargos de nível superior, público ou privado. Na Assembleia da República, a sua representação é de apenas 19%. E, em geral, as mulheres ganham menos que os seus colegas do sexo masculino. Nos principais Sindicatos, as posições de liderança não são ocupadas por mulheres, apesar de serem cerca de metade da sua filiação sindical.

Também nas eleições do nosso Sindicato, no passado mês de Abril, as mulheres estiveram pouco representadas nas candidaturas. Mas este tema será abordado em próximo artigo. ■

Aprovado Regimento do Conselho Geral

Texto: **INÉS F. NETO**

Na primeira sessão do novo mandato, o Conselho Geral aprovou o Regimento que norteará o seu funcionamento nos próximos quatro anos. Foram ainda eleitos os representantes do Sindicato nos Conselhos Gerais da Febase e da UGT

Logo após a tomada de posse, que marcou o início da primeira sessão do Conselho Geral, que se realizou dia 24 de Maio, os novos conselheiros discutiram a proposta de Regimento apresentada pela Mesa.

Como explicou o seu presidente, a Mesa “não descortinou motivos para alterações”, pelo que a proposta de Regimento manteve as regras em vigor no mandato anterior.

Durante a discussão da proposta de Regimento interveio quase uma dezena de conselheiros, embora só Vítor António, da tendência Mudar, tenha apresentado alterações. Os restantes oradores pronunciaram-se a favor do documento da Mesa, que foi aprovado na íntegra por maioria, com 12 votos contra e 15 abstenções.

Arménio Santos iniciou os trabalhos saudando os conselheiros e afirmando-se “convicto de que, independentemente da tendência sindical, Banco ou Secção Sindical a que pertença, cada membro está imbuído de dois propósitos: representar o melhor que puder e souber os bancários e estar sempre disponível para



encontrar soluções. Independentemente das divergências será assim que melhor podemos servir e prestigiar o Sindicato, os bancários e o sector”.

O presidente da Mecodec aproveitou ainda a oportunidade para saudar a Direcção e os restantes Corpos Gerentes, lembrando que a caminhada dos próximos quatro anos terá “momentos de alegria mas também dificuldades. O nosso mandato vai passar por tempos complicados e cada um de nós será chamado a assumir responsabilidades”.

Um tema que mais tarde, já no ponto fora da Ordem de Trabalhos, seria retomado pelo presidente da Direcção, ao afirmar que face às dificuldades que marcarão o mandato – as consequências

da austeridade prolongar-se-ão além dos três anos anunciados pela troika – espera que toda a estrutura sindical acompanhe a Direcção. “Nem sempre aqui, mas no exterior a estrutura sindical deve estar unida. Os nossos adversários são a postura das entidades patronais e os outros sindicatos. Sobre tudo os sindicatos que não têm actividade sindical, limitando-se a fazer as contas aos sócios que são alvo das rescisões. É preciso lembrar a esses bancários e aos não-sindicalizados o que se passa nesses sindicatos e convencê-los a virem para o SBSI”.

“A Direcção conta ser a Direcção de todos os bancários e contamos com a estrutura sindical para reforçar a im-

plementação do SBSI na defesa dos bancários”, concluiu Rui Riso.

Eleição para a Febase e UGT

Antes da eleição dos representantes do SBSI nos Conselhos Gerais da Febase e da UGT, registou-se um incidente quando a conselheira Teresa Rosa pretendeu apresentar um requerimento para contestar a composição do Conselho Geral, face à participação dos 15 conselheiros eleitos em Congresso. A conselheira alegava que aqueles mandatos terminaram com as eleições. O presidente da Mesa não aceitou o requerimento, adiantando que se essa interpretação dos Estatutos fosse possível, o Conselho Geral ficaria

Unanimidade na defesa dos direitos sindicais no BPN

O Conselho Geral aprovou por unanimidade e aclamação uma moção, apresentada por Teresa Rosa, em que condena vigorosamente o comportamento do Conselho de Administração do BPN por até ao momento não ter criado as condições necessárias para o funcionamento da Secção Sindical do BPN (eleito pela primeira vez nas eleições de 13 e 14 de Abril) e compromete-se a lutar por todos os meios para que seja reposta a legalidade.

Ao arripio da Constituição, do Código do Trabalho e do ACT do sector bancário, aos elementos eleitos não só não lhes foram dadas condições para o exercício da actividade sindical como lhes foi retirado o posto de trabalho, encontrando-se sem secretária, computador e acesso a telefone ou e-mail.

Antes da aprovação da moção, Paulo Alexandre tinha já informado que a Direcção tem envidado todos os esforços para desbloquear a situação e espera a sua resolução a todo o momento. ■

impossibilitado de tomar decisões durante meses, até à realização do Congresso.

Arménio Santos anunciou entretanto a entrada na Mesa de três listas para o Conselho Geral da UGT, onde o SBSI está representado por 11 elementos: lista 1 – Tendência Sindical Socialista; lista 2 – Tendência Social-Democrata; e lista 3 – Lista Alternativa.

Já para o Conselho Geral da Febase – onde, nos termos dos estatutos do SBSI e da Federação, cabe ao Sindicato indicar 40 elementos (cinco por cada 5.000 associados ou fracção, com o limite de não poder ter maioria absoluta naquele órgão) – os conselheiros do SBSI elegem 21 elementos, cabendo à Direcção eleger os restantes 19.

Assim, para os 21 eleitos pelo Conselho Geral, apresentaram-se duas listas: a lista 1, candidatura conjunta de Socialistas e Social-Democratas, e lista 2, a Lista Alternativa.

Após a contagem dos votos dos 128 conselheiros presentes, o presidente

da Mecodec anunciou que a lista 1 venceu a eleição para a UGT, com 53 votos, contra 33 da lista 2 e 34 da Lista Alternativa. Houve ainda 6 votos brancos e 2 nulos.

Assim, o SBSI será representado no Conselho Geral da UGT por cinco Socialistas, três Social-Democratas e três elementos da lista Alternativa.

Já para o Conselho Geral da Febase, a lista 1 venceu com 85 votos, tendo a lista Alternativa obtido 35 votos. Registaram-se ainda 6 votos brancos e 2 nulos. Assim, e também por método de Hondt, o SBSI estará representado naquele órgão por 15 elementos da lista 1 e por 6 elementos da lista Alternativa.

Durante a sessão, deu ainda entrada na Mesa a formalização de duas tendências: a Tendência Sindical Socialista, encabeçada por Rui Riso e subscrita por 44 conselheiros; e a Tendência Social-Democrata, liderada por Horácio Oliveira e subscrita por 35 membros do Conselho Geral. ■



Convívio dos trabalhadores do ex-Banco Totta Standard de Angola

Os antigos trabalhadores do extinto Banco Totta Standard de Angola voltam a reunir-se, no próximo dia 18 de Junho, num convívio que terá lugar, uma vez mais, num restaurante de Pombal.

A concentração será às 11 horas, no local do encontro, e as inscrições devem ser feitas de imediato, junto de António e Armanda Falcão (969 093 565 e 919 722 964), Celeste Nunes (963 360 447), Ernestina Aparício (962 549 053) e Mário Santos (963 023 154).

Os organizadores pretendem juntar o maior número possível de colegas que prestaram serviço naquela Instituição, pelo que pedem aos interessados que “passem a palavra” aos que ainda desconhecem a realização deste convívio.



Unidos na defesa
de **80.000** trabalhadores
do sector financeiro